

UMA LEITURA CONCEITUAL DA HISTÓRIA BÍBLICA DA CRIAÇÃO

Jorge Luiz Sperandio¹

Resumo: Na esteira da importância dos capítulos iniciais do livro de Gênesis, para o conjunto inteiro do cristianismo, o autor defende o reconhecimento da linguagem conceitual na leitura dessas narrativas. Argumenta que a história da criação deve encerrar-se no capítulo um. Que o capítulo dois, provavelmente, não deva ser entendido como a segunda versão da obra da criação, mas como o primeiro relato da obra da salvação. E que os eventos descritos no capítulo três implicam, necessariamente, a admissão de mudanças que sobrevieram à criação - depois que ela já se encontrava pronta, a fim de dar ingresso à morte, que, por sua vez, não fora listada na obra da primeira semana.

Palavras-chave: Bíblia, Criação, Gênesis, Teologia

Abstract: In the wake of the importance of the first three chapters of Genesis for the entire set of Christianity, this reflection advocates the recognition of conceptual language on reading these narratives. The author argues that the creation story should end up in chapter one. Therefore, the chapter two should not be understood as the second version of the work of creation, but as the description of the first event of the work of salvation. Moreover, argues that the events further described in chapter three, necessarily, imply the admission of changes that befell the creation - having it been completed, in order to give place to death, which, in turn, was not listed in the first week's list of creations.

Keywords: Bible, Creation, Genesis, Theology

Introdução

O objetivo desta exposição é refletir sobre a história bíblica da criação, apresentada nos capítulos iniciais do livro de Gênesis. Admitimos que os dois tipos de interpretação utilizados no estudo dessas narrativas - de maneira simbólica de um lado e

¹ Médico cirurgião, sperandios@uol.com.br

literal de outra, não conseguem interpretar com clareza o conteúdo desenvolvido por elas².

De fato, se reconhecemos que as primeiras narrativas bíblicas são relatos simbólicos, interpretando o Paraíso e Adão como mitos da infância da humanidade, então, a Cruz do Novo Testamento nada mais seria que uma “punição indireta pelo pecado simbólico de um indivíduo inexistente” (DAWKINS 2007, p. 327).

De outra forma, a opção que temos tido, como alternativa à interpretação simbólica, é a leitura seqüencial das narrativas, que considera o sentido literal do texto; e deste modo, não se consegue alcançar as diversidades descritivas que marcam as redações a) da primeira semana - no capítulo um, b) do paraíso - no capítulo dois, e c) da perda do paraíso - no capítulo três.

Nesta apresentação serão abordadas duas pressuposições que, na visão deste autor, representam os maiores entraves à compreensão destas narrativas. A primeira reside na aceitação de que o capítulo um e o capítulo dois, sejam duas versões diferentes da obra da criação. E a segunda, o não reconhecimento das mudanças que, descritas no capítulo três, acompanharam o ingresso da morte na criação - depois que cessou o trabalho de criar.

Feito isso, propõe-se o reconhecimento da linguagem conceitual na leitura destes textos, estudando-os com o mesmo método de investigação que tem fundamentado o saber nas demais áreas do conhecimento.

Defende o autor, que a interpretação conceitual das primeiras narrativas bíblicas, ao identificar melhor os limites de encerramento de cada narrativa, as relações de progressão entre uma narrativa e outra, e a profundidade temática de cada uma delas, mostra-se tão desafiadora na investigação de seus conteúdos, quanto gratificante na compreensão de seus significados.

Desenvolvimento

Capítulo um versus capítulo dois. Os desafios no estudo das primeiras narrativas bíblicas não são pequenos e, certamente, estamos ainda longe de conseguir uma compreensão satisfatória destes textos.

² Este artigo baseia-se na obra *Deus, um delírio: de Darwin a loucura* (SPERANDIO, 2011), reproduzindo parte da argumentação do livro.

Uma matéria publicada em mídia eletrônica (LOPES, 2008), talvez seja uma boa amostra das dificuldades de interpretação trazidas por estes capítulos. Sob o título “Bíblia abriga duas versões contraditórias da criação do mundo”³, Lopes (2008) destaca que o desenvolvimento da criação se dá “em ordem inversa”, nos dois capítulos que iniciam o livro de Gênesis, dizendo, por exemplo, que:

A maioria esmagadora dos leitores da Bíblia não percebe, mas os dois primeiros capítulos do livro sagrado de cristãos e judeus retratam não uma criação do mundo, mas duas; o ser humano surge de duas maneiras diferentes, uma logo depois da outra, e até o deus responsável pela criação não tem o mesmo nome nos dois relatos. (LOPES)

Ou seja, de acordo com a matéria, as narrativas dos capítulos um e dois, ao descreverem como Deus criou o mundo, não seriam partes sequenciais de uma mesma história, mas duas histórias deferentes de um mesmo evento – o da criação.

E a discussão acerca destas narrativas se mantém, não apenas por causa das diferenças entre uma narrativa e outra, mas também porque, ambas, ao relatarem a obra da criação, apresentam uma descrição de mundo que não condiz exatamente com o conhecimento que temos dele.

No capítulo um se diz, por exemplo, que a obra da criação se desenvolve dos animais aos seres humanos - homens e mulheres; no capítulo dois, o desenvolvimento é outro: primeiro se cria o homem, depois os animais e por último a mulher. E ao tratar do produto final da criação, fala de coisas que não existem - ou que nos são desconhecidas - como um vapor que “subia da terra” -, e deixa de citar coisas que realmente existem, e nos são bem conhecidas, como a chuva, a luta dos seres vivos pela sobrevivência, as doenças, etc.

Capítulo um versus capítulo três. O texto até menciona a chuva e fala da labuta do homem com a terra, mas o faz de maneira “estranha”. Primeiro porque não diz como, e nem quando, tais eventos foram criados e, segundo, porque os cita somente depois de relatar que a obra da criação já havia sido finalizada.

³ Trata-se de matéria jornalística, bem conduzida e ilustrada, que conta com o parecer de diversos pesquisadores. Em ordem de citação no texto, foram entrevistados: Suzana Chwartz, professora de estudos bíblicos da Universidade de São Paulo (USP-SP); Christine Hayes, professora de estudos judaicos da Universidade Yale (EUA); Oswaldo Luiz Ribeiro, doutorando da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ); e Rafael Rodrigues da Silva, professor de Teologia e Ciências da Religião (PUC-SP).

E o pecado, apresentado no capítulo três? O que dizer sobre o pecado, que, parecendo destituído de qualquer sentido, chega a ser qualificado como uma “preocupaçãozinha chata para dominar sua vida”? (DAWKINS, 2007, p. 325)

Conforme aprendemos, o pecado significou a queda do homem e isso tem sido uma herança que deforma, de alguma maneira, os descendentes do primeiro casal - homens e mulheres. Todavia, se nascemos imperfeitos pela herança de um pecado, de que tipo seria esse defeito - orgânico ou moral? Se for orgânico, devemos encontrá-lo em que parte do corpo? E sendo assim, como poderia ser tratado ou corrigido? Ou então, se for moral, ou ético, como poderia ser transmitido, infalivelmente, por tantas gerações, em todos os tempos e lugares?

Pode ser que haja pecado, quando, num homicídio, uma pessoa põe fim à vida de outra; ou, até, quem sabe, quando hostilizamos o mundo em que vivemos - poluindo o meio ambiente, o que, de fato, pode ocasionar doenças e morte. Mas, será que, antes disso, o próprio mundo não nos tem sido hostil? Quando chegamos ao mundo já encontramos à nossa espera a dor, a doença, a velhice e a morte. Será que seria correto afirmar que o homem *arruinou* o mundo que, inicialmente, foi feito “muito bom” pelo Criador - conforme se diz no capítulo um⁴? Por acaso conseguiria o homem inventar a doença e a morte, já que ambas não foram incluídas dentre os feitos criativos da primeira semana?

Temos visto que a morte aparece como necessidade própria da existência, imprescindível à vida – já que, como alimento o homem mata animais; como alimento, animais matam animais e, também, como alimento, vírus e bactérias matam homens e animais. E se o ecossistema, que hoje podemos conhecer melhor, precisa ser alimentado, ou mantido, pela morte, porque a morte, não é citada dentre as criações de Deus na primeira semana?

Fontes literárias diferentes. Estas questões, e outras, que se impõem numa leitura linear das narrativas, não conseguem ser adequadamente respondidas por uma interpretação literal destes textos.

Talvez por isso a interpretação simbólica tenha ganhado força e se firmado, pois, com ela, se *resolve o incômodo* de tais questões. Ou seja, se tais narrativas não foram

⁴ *Gênesis* 1,31. Citações de *A Bíblia de Jerusalém*

escritas com uma finalidade sequencial, entendê-las dessa maneira seria impróprio ou não pertinente. Melhor seria, então, entendê-las a partir de suas respectivas origens, de acordo com a época e o contexto em que foram escritas. Como “aposta”, um dos pesquisadores consultados pela matéria (LOPES, 2008), diz: “as narrativas tinham uma função específica no antigo mundo semítico, e essa função aparentemente não tinha a ver com a nossa visão delas como relatos da origem de tudo o que existe”.

Esta maneira de situar a origem das narrativas, é a chamada “hipótese documentária” (LOPES, 2008). De acordo com essa hipótese, os textos bíblicos teriam sido reunidos de várias fontes diferentes e, mais tarde, “os redatores bíblicos utilizaram o sistema de edição de ‘cortar/colar’, e nunca ‘deletar’”, preservando-se, assim, os “dois textos-base principais para as narrativas da criação, conhecidos pelas letrinhas P (primeiro relato) e J (o segundo)”⁵.

O primeiro relato tem sido conhecido pela letra “P” - porque viria da fonte chamada sacerdotal (do inglês *Priestly*). Nele, “a criação de todos os corpos celestes e seres vivos se dá em seis dias; o homem e a mulher são criados ao mesmo tempo e a divindade”, chamada “Elohim (originalmente uma forma do plural, como ‘deuses’, mas usada para designar uma única divindade - normalmente traduzido como ‘Deus’), usa apenas palavras para fazer isso”.

Já o segundo relato, conhecido pela letra “J” é assim chamado porque, nele, a divindade é chamada de “Yahweh Elohim”. Neste segundo texto, se “inverte a ordem de alguns elementos e, na verdade, enfoca apenas a criação dos seres humanos (trata-se da famosa história do homem feito de barro e da mulher modelada a partir de sua costela)”.

Voltando, assim, à “pré-história” do surgimento das narrativas, diz a matéria, os “indícios nesse e em outros textos bíblicos sugerem que os dois nomes da divindade refletem a influência de antigos deuses pagãos sobre a concepção de Deus dos antigos israelitas, autores e editores da obra”.

Enquanto em “P”, escrito “pela casta sacerdotal israelita”, tudo é criado pela palavra de Deus, “inclusive os astros celestes” - considerados “divindades em todas as

⁵ Além das fontes “P” e “J”, a *hipótese documentária* prevê também outras duas fontes, na composição dos primeiros livros bíblicos: a “E” (de Eloísta) e “D” (de Deuteronomica). Cf., p. ex., VON RAD (1977, 13-35) e DAL FABRO (2002, 65-69). Como o foco desta exposição não é tratar primariamente da *hipótese documentária*, optou-se por manter apenas a exposição reportada por LOPES (2008): não só pela praticidade de se lidar com um menor número de publicações, mas, também, pela maneira objetiva e esclarecedora, com que discorre sobre as fontes relacionadas aos capítulos um e dois do livro de Gênesis.

outras culturas do Oriente Médio antigo, “J” não traz uma reflexão filosófica, mas reflete a visão popular de um camponês na terra de Israel”.

As primeiras narrativas do Gênesis e o restante da Escritura. Entretanto, se a intenção do texto bíblico, tal como o temos hoje, seria a de informar sobre a origem de todas as coisas, como explicar, então, que existam *duas versões contraditórias da criação*?

Como aceitar, nesse caso, que a Bíblia tenha se utilizado de uma estratégia de desinformação? Pois, se lhe cabia narrar como foi o princípio de tudo o que existe, porque deixaria de fazer isso, colocando lado a lado, como se fez, duas histórias que mais se desautorizam que comunicam?

Teria sido a palavra de *Elohim* quem criou o mundo, no meio das águas - em sete dias, ou foi a mão poderosa de *Iahweh*, quem modelou do barro os seres vivos – sem ordenar o trabalho na sucessão dos dias? E na origem dos seres vivos, *Elohim* os teria criado em grandes populações de cada espécie – incluindo a humanidade inteira, ou foram eles criados por *Iahweh* - um casal de cada espécie, no intervalo em que formou o homem e a mulher? O sopro que deu vida ao homem teria vindo direto da boca de *Iahweh* – num contato direto entre criador e criatura, ou teria vindo à humanidade - indiretamente, pelo espírito de *Elohim* que, numa *alça* permeando toda a criação, seguiu de *pairar* por cima da água primitiva, no princípio⁶, até o conjunto inteiro de homens e mulheres – tornando-os à imagem e semelhança de Deus? E quem soprou aos escritores bíblicos o que se deveria escrever na Escritura? Foi *Elohim*, que passou a descansar no sétimo dia - depois que terminou a obra de criar? Ou foi *Iahweh*, que continuou trabalhando - Antigo Testamento afora, na construção da Lei e da antiga aliança? Ou teria sido o Deus *Pai* que, como diz o Novo Testamento, ainda “trabalha até agora”⁷?

Seja qual for a relação que existe entre as narrativas, uma coisa parece certa: ela não fica restrita aos primeiros capítulos do Gênesis, mas repercute na compreensão da Bíblia inteira. Como diz Von Rad (1977, p. 50), “recebemos o Antigo Testamento das

⁶ *Gênesis* 1, 2.

⁷ *João* 5, 17.

mãos de Jesus Cristo e, conseqüentemente, toda a exegese veterotestamentária dependerá do que Jesus Cristo significa para nós”⁸.

Desta forma, ainda que a hipótese documentária consiga uma explicação, melhor que a interpretação literal, para as diferenças entre uma narrativa e outra - referindo-as *verticalmente* a determinados contextos do passado semita, ela traz consigo o inconveniente de esvaziar a *horizontalidade* das narrativas - privando-as de coesão com o restante bíblico.

E a pergunta seria então: como interpretar tais narrativas de maneira linear, seqüencial e coesa, de modo que, apesar das diferenças entre elas, se consiga ir além da “superfície literal das palavras” (DAL FABRO, 2002, p. 95)?

O método. Se o que buscamos é uma ciência bíblica mais satisfatória, desde a criação, revelada inicialmente no Antigo Testamento, até a salvação, ultimada pelo Novo Testamento, é necessário verificar inicialmente com quais certezas se poderia trabalhar.

Seja na (re) leitura do texto, na valorização dos achados, ou para qualquer sugestão de interpretação – como a que se pretende fazer nesta reflexão, será preciso que a interpretação seja *aprovada*, não apenas pelo confronto com a Escritura ou com o mundo que temos diante de nós, mas, acima de tudo, pelo crivo do entendimento.

Desta forma, não devemos aceitar algo como verdadeiro⁹, apenas porque sempre fora considerado verdadeiro pelo senso comum (... se tem sido assim, é porque tem de ser assim...).

Não devemos nos restringir aos textos específicos de determinado tema, mas é preciso buscar na Bíblia inteira, elementos que possam auxiliar na compreensão dos eventos, ou no alcance dos significados em questão (o Antigo Testamento deve ser utilizado para se entender a Salvação do Novo Testamento e, vice-versa, o Novo Testamento deve ser utilizado para se entender a Criação e o Pecado descritos no Velho Testamento).

⁸ “Hemos recebido el AT de las manos de Jesucristo, y em consecuencia toda exégesis veterotestamentária dependerá de lo que Jesucristo sea para nosotros”.

⁹ Cf. DESCARTES (1989, 24): “(1) Não aceitar coisa alguma por verdadeira que não [se] conheça como evidentemente verdadeira; 2) Dividir as dificuldades em tantas partes quanto possível; 3) Conduzir por ordem seus pensamentos, indo por etapas, do simples para o composto; 4) Fazer enumerações tão complexas e revisões tão gerais que [se] tenha a certeza de nada omitir”.

Se a Bíblia diz ser a Palavra de Deus e se Deus diz ser a verdade, então o que está escrito deve ser verdadeiro. Se, ao contrário, o texto não parecer verdadeiro é porque, neste caso, não se tem conseguido entendê-lo adequadamente e, sendo assim, é preciso insistir na sua compreensão, ao invés de descartá-lo como inverídico.

Se Deus diz que o mundo é obra Sua, e se assim for também com a Bíblia, então ela deve permitir ser investigada exatamente como tem sido investigado o mundo hoje, pelos métodos de entendimento que estão ao nosso alcance na interpretação:

a) é preciso que haja *consistência* nas afirmações: se uma coisa é, então de fato ela é; ou seja, se alguém diz que carrega uma pedra não devo imaginar que carrega uma planta;

b) *coerência* na exposição: se uma coisa é, deverá continuar sendo o que é, e não outra coisa – uma pedra será sempre uma pedra; e

c) *consequência* na sucessão dos eventos: se tal coisa deixar de ser o que é, terá de ser então outra coisa: uma pedra que se desmancha não será mais pedra, e sim areia.

Se o que queremos é superar a *timidez* da interpretação literal, ou a *liberalidade* que inviabiliza a interpretação simbólica, talvez se possa conseguir melhores resultados com uma leitura conceitual das narrativas.

A linguagem Conceitual. Chauí (1997, pp. 149-151), falando sobre a linguagem, diz que, há “um vai-e-vem contínuo entre as palavras e as coisas, entre elas e as significações, de tal modo que a realidade, o pensamento e a linguagem são inseparáveis, suscitam uns aos outros e interpretam-se uns aos outros”.

E falando das diferenças entre a linguagem simbólica e conceitual, diz, entre outras coisas, que “a linguagem simbólica opera por analogias (semelhanças entre palavras e sons, entre palavras e coisas) e por metáforas (emprego de uma palavra ou de um conjunto de palavras para substituir outras e criar um sentido poético para a expressão)”, enquanto que a “linguagem conceitual procura evitar a analogia e a metáfora, esforçando-se para dar às palavras um sentido direto e não figurado ou figurativo”. A linguagem simbólica “fascina e seduz”, oferecendo “sínteses imediatas (imagens)”, enquanto a linguagem conceitual “exige o trabalho lento do pensamento”, na “desconstrução analítica e reconstrução sintética dos objetos, fazendo com que acompanhemos cada passo da análise e da síntese”.

Dal Fabro (2002, p. 95), por sua vez, ao dissertar sobre o ato tradutório, discute também questões relacionadas à interpretação, citando vários autores. E ao lidar com a mensagem de um texto, considera, além das “intenções” do autor e do leitor, a “intenção” presente no próprio texto:

Finalmente, o terceiro tipo de intenção seria a intenção do texto (...). Essa intenção não seria revelada através de uma leitura superficial; seria preciso que o leitor desejasse “vê-la”, construindo hipóteses sobre ela. Tais hipóteses só poderiam ser constatadas através do próprio texto enquanto um todo coerente. Esse método teria tido sua origem com Santo Agostinho (*De doctrina christiana*), consistindo basicamente em buscar uma confirmação de outra parte do mesmo texto, devendo ser rejeitada no caso de uma contradição. Desse modo, “entre a intenção inacessível do autor e a intenção discutível do leitor está a intenção transparente do texto que invalida uma interpretação insustentável” (Eco, op. cit., p. 93).

E assim chegamos ao Bispo de Hipona (AGOSTINHO, 2005, p. 47), que, nesta altura, talvez já tivesse perguntado: “Com tanto debulhar desta dissertação, quantos grãos colheste?”¹⁰.

Realidade nos eventos. Na reflexão agostiniana sobre os capítulos iniciais do Gênesis, encontramos que a formulação descritiva destas narrativas “não é do gênero de falar no sentido figurado, como é o Cântico dos Cânticos, mas de coisas acontecidas realmente, como nos livros dos Reis e outros também históricos” (AGOSTINHO, 2005, p. 272).

Isto significa retornar à maneira literal de interpretar? Não necessariamente. E se não escolhermos a interpretação literal, e muito menos a simbólica, como se poderia entender que tais narrativas falem de *coisas acontecidas realmente*?

Ou, ainda, como se poderia sair de uma edição de textos descontinuada entre si, como a que se obtém pela *hipótese documentária*, e reconhecer as narrativas dentro de um conjunto coeso de textos, em que uma narrativa se continua na outra, numa progressão *coerente, consistente e conseqüente*?

Procurando, assim, pela “intenção” do texto (DAL FABBRO, 2002, p. 95) e “esforçando-se para dar às palavras um sentido direto e não figurado ou figurativo”,

¹⁰Esta publicação (Coleção Patrística; nº 21), reúne três comentários de Santo Agostinho: *De Genesi ad litteram*, *De Genesi contra Manichaeos*, *De Genesi ad litteram imperfectus*.

talvez tenhamos que trabalhar mais na “desconstrução analítica” das narrativas e “reconstrução sintética” (CHAUI 1997, pp. 149-151) de seus significados.

O capítulo dois na intersecção de três revelações. Começamos pela pressuposição de que o capítulo um e o capítulo dois seriam duas versões diferentes do mesmo evento da criação.

No início do capítulo dois, entre uma *versão* e outra da narrativa da criação, é relatado que:

1 Assim foram concluídos o céu e a terra, com todo o seu exército.

2 Deus concluiu no sétimo dia a obra que fizera e no sétimo dia descansou, depois de toda a obra que fizera.

3 Deus abençoou o sétimo dia e o santificou, pois nele descansou depois de toda a sua obra de criação.

4a Esta é a história do céu e da terra, quando foram criados.

4b No tempo em que Iahweh Deus fez a terra e o céu,

5 não havia ainda nenhum arbusto dos campos sobre a terra e nenhuma erva dos campos tinha ainda crescido, porque Iahweh Deus não havia feito chover sobre a terra e não havia homem para cultivar o solo.

6 Entretanto, um manancial subia da terra e regava toda a superfície do solo.

Por quatro vezes se diz que a obra da criação já havia sido finalizada. E por duas vezes se diz que Deus *descansou* da obra de criar.

O dicionário (HOLANDA, 1975, p. 400) define *criar* como: “Dar existência a”; “tirar do nada”. “Dar origem a”; “gerar, formar”. “Dar princípio a”; “produzir, inventar, imaginar, suscitar”. “Estabelecer, fundar, instituir”, entre outros.

Numa leitura conceitual, portanto, não tem qualquer sentido acreditar que a obra do paraíso, que será descrita logo a seguir, seja outra narrativa da criação, já que, por seis vezes, foi dito que a obra da criação tinha sido finalizada.

E se o relato do paraíso não se reporta à obra da criação, de que trataria então a narrativa do paraíso? Provavelmente devemos entendê-la como narrativa introdutória de duas outras condições que, reveladas progressivamente, repercutirão no cenário inicial da criação: o pecado e a salvação.

E, assim, o que nos tem parecido o início de outra *versão da história da criação*, apresenta-nos uma natureza diversa de eventos que, apesar de não serem resultados da

obra da criação, juntaram-se a ela, e, interagindo com ela, explicam melhor o cenário natural que conhecemos hoje.

Se não, vejamos como continua o texto, quando Deus passa a ser chamado de *Iahweh Deus*, num *preâmbulo* da descrição do paraíso:

4b No tempo em que Iahweh Deus fez a terra e o céu,

5 não havia ainda nenhum arbusto dos campos sobre a terra e nenhuma erva dos campos tinha ainda crescido, porque Iahweh Deus não havia feito chover sobre a terra e não havia homem para cultivar o solo.

6 Entretanto, um manancial subia da terra e regava toda a superfície do solo.

Chama a atenção que, antes mesmo de se referir à feitura do paraíso – cenário do primeiro pecado, o texto descreve o que ainda não existia na terra, no final da obra de criar, mas que vieram a existir somente depois de se descrever o pecado e a perda do paraíso. Na primeira semana não há referência a *arbusto dos campos*, *erva dos campos*, e nem *chuva* ou necessidade de *homem para cultivar o solo*.

No primeiro capítulo se descreve o desenvolvimento criador da primeira semana, indo de um caos primitivo ao final ordenado da obra, que culmina no descanso de Deus – coisas que o leitor desconhece.

No segundo capítulo, o autor descreve o que ainda não havia no mundo, depois do término da primeira semana – mas que são bem conhecidas do leitor: o campo, os arbustos que crescem nele, a necessidade do cultivo do solo e também a chuva. E, revela que, quando ainda não existia chuva na terra, o solo era irrigado de outra maneira, desconhecida do leitor: *um manancial subia da terra e regava toda a superfície do solo*.

Ou seja, cabendo ao segundo capítulo apresentar o paraíso, o autor antepõe à feitura desse jardim, as ocorrências que só virão depois da sua perda, como será tratado no capítulo três – na seqüência da infidelidade vivida no paraíso. Três ocorrências, portanto, são sinalizadas antes de se relatar o paraíso: Adão, o pecado de Adão, e o que se seguiu a esse pecado.

E, assim, se dirá, no capítulo três, que a relação do homem com o solo seria marcada por adversidades e, em meio a *espinhos e cardos*, o homem passaria a comer a *erva dos campos*. Mais adiante, no capítulo quatro, se ajuntará à associação de *espinhos*,

cardos, cultivo do solo e campos, a morte de Abel num *campo*, quando o solo receberá o sangue da sua morte.

No primeiro relato se descreve, portanto, a criação *isenta* das ocorrências, que só posteriormente vieram se incorporar a ela. Também assim com a chuva, que abundou no dilúvio e o arco-íris, como a última transformação operada na criação depois do pecado (SPERANDIO, 1998, pp. 113-120).

Falando ainda da disposição seqüencial das narrativas, o texto indica o habitante do Éden, ao ser modelado antes de se plantar o Jardim, fora formado do solo então criado na primeira semana. E se o texto relata que o paraíso é instalado no “oriente”, de uma terra já criada, se poderia dizer que Adão, ao retornar *para cultivar o solo de onde fora tirado*, o faz em direção ao *ocidente*.

Sobre o nome *Iahweh* (ou o tetragrama *YHWH*) que não é citado no capítulo um, aparece pela primeira vez no capítulo dois - junto de *Eloim*, sendo chamado também assim no capítulo três, para aparecer sozinho a partir do capítulo quatro, Chouraqui (1995, p. 32) diz que esse seria “o nome pessoal de Eloíms de Israel. Aparece na Bíblia 6.823 vezes. Também nesse sentido, podemos dizer tranquilamente que a Bíblia é o livro de IHVH”.

O pecado e a salvação. Falar sobre o pecado e a salvação, tem a ver com o equívoco da segunda pressuposição, que nos cabe tratar: o não reconhecimento das mudanças que, descritas no capítulo três, acompanharam o ingresso da morte na criação - depois de completada a obra de criar.

Como vimos anteriormente, no início do capítulo dois se disse, por quatro vezes, que a obra da criação havia sido *concluída* e, por duas vezes, que Deus *descansou* da obra de criar. Se poderia perguntar (AGOSTINHO, 2005, p. 532): “Que necessidade havia Deus de descansar? Estava, talvez, cansado e sem forças devido às obras dos seis dias?” Mais ainda: considerando o “testemunho do Senhor, onde diz: ‘Meu Pai trabalha sempre’” poderia parecer, com isso, “que o Novo Testamento contraria o Antigo Testamento”.

O fato de não atentarmos para essa revelação do Novo Testamento, nos coloca diante de dois problemas. O primeiro se refere à incompatibilidade entre as duas declarações, que, apontando para um conflito interno, compromete a unidade, ou a autoria única, dos dois testamentos. E o segundo, é que, *descansando* Deus da obra de

criar, poderia aparecer com isso - numa leitura superficial, que teria cessado a participação divina no mundo criado.

E se nenhuma outra obra for atribuída a Deus, depois de terminada a obra de criar, a narrativa do capítulo um fica severamente prejudicada, pois, além de dizer, *equivocadamente*, que tudo já havia sido criado (contradizendo-se nos textos seguintes, pois a morte, a chuva e o arco-íris só vieram depois), não permite também imaginar outras ações divinas, tendo em vista o seu *descanso*, na cessação do trabalho de criar.

Pois bem, se Deus descansou da obra de criar, como qualificar os outros atos divinos que ocorreram depois de terminada a primeira semana?

É AGOSTINHO (2005, p. 187) mesmo quem indica uma resposta: “Portanto, as razões imutáveis estão no Verbo de Deus de um modo, de outro estão as suas obras das quais descansou no sétimo dia, e de outro ainda, estas que realiza a partir daquelas até agora”.

E se Deus “descansou” da obra de criar, em que obra continua, então, trabalhando, “a partir daquelas até agora?” Só pode ser uma: a obra da salvação.

Nossa tarefa deve ser, portanto, substituir a interpretação comum que nos dá a falsa idéia de que a história da criação pretende informar sobre tudo o que existe atualmente no mundo, por outra, mais adequada, que deve nos dizer como foi que o mundo criado até o sexto dia – e terminado “muito bom”, se transformou - depois do pecado e da morte, neste outro mundo que conhecemos hoje - na ponta de cá da História.

E só iremos entender, de fato, como o nosso mundo se tornou no que é hoje, se continuarmos na leitura do Gênesis até o dilúvio – a fim de avaliar as mudanças físicas que sobrevieram a ele; teremos que ler os demais livros da Lei, e do Antigo Testamento, se quisermos entender a dimensão e a gravidade das mudanças que surgiram com o pecado e a morte; e, por fim, temos que continuar na leitura do Novo Testamento, se o que desejamos é entender a intimidade da nossa condição humana, o mundo de um modo geral e a finalidade presente das Escrituras.

A Salvação da Criação. Temos tido uma interpretação insuficiente dos primeiros capítulos do Gênesis (SPERANDIO, 1996, pp. 27- 46). E esse parece ser

nosso maior erro: não assumir as mudanças que pontuaram o cenário da criação, depois de terminada a obra de criar¹¹.

Paulo diz que “por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, e assim a morte passou a todos os homens (...)”¹².

E isto é o que precisamos assumir: que a morte não fora criada na primeira semana, mas que “entrou no mundo” depois que a criação já estava pronta. Se o que buscamos é *consistência* na interpretação, temos que aceitar que a morte não existia até que ocorresse o pecado. Se o que queremos é encontrar *coerência* na exposição, é preciso reconhecer que a morte não poderia, obviamente, figurar no cenário da criação antes que houvesse ocorrido o pecado. E se o que esperamos é encontrar *conseqüência* na sucessão dos eventos, é preciso admitir que existiram mudanças no cenário natural depois que a obra da criação já estava pronta.

Adão não salvou. Terminado o trabalho de criar, na primeira semana, descreve-se a feitura do Paraíso e a formação do casal de humanos ali colocados. É dado a esse homem o mandamento de não comer o fruto da Árvore da Ciência do Bem e do Mal e, no caso da obediência, o poder de se evitar a Morte. E Paulo fala de Adão como “figura daquele que devia vir...”¹³.

Ou seja, Adão parece ter sido chamado para desempenhar um papel salvador (e qual seria ele?): o de salvar a criação que estivera pronta até ali. Na seqüência do texto, informa-se que não houve fidelidade: o homem pecou contra o mandamento que lhe fora dado, perdendo, assim, o paraíso que lhe cabia preservar.

De acordo como dicionário (HOLANDA, 1975; pp. 599, 1201, 1213, 1264, 1265), os principais significados de salvação, e de outros termos relacionados, seriam: SALVAÇÃO: “ato ou efeito de salvar (-se), ou de remir”. SALVAR: “tirar ou livrar (de ruína ou perigo), pôr a salvo”, “livrar de ruína ou perda total”, “conservar, guardar,

¹¹ Cometemos continuamente este erro, quando não atentamos para a *queda*, ou a decomposição que sobreveio ao mundo - com a chegada da morte, e seguiu, depois dela, *prosperando*, até os dias de Noé - quando foi *travada* no final do dilúvio. DARWIN (2002, p.167), p.ex., assim se manifestou em relação a este equívoco: “As pessoas que acreditam na idéia de que todo o ser vivo foi criado com a conformação que atualmente ostenta devem ocasionalmente ficar surpresas, especialmente quando se deparam com animais cujos hábitos não combinam inteiramente com suas conformações estruturais”. Ou seja, nesse raciocínio, se pressupõe que as espécies já foram criadas morrendo (... *todo o ser vivo foi criado com a conformação que atualmente ostenta...*)!

¹² Romanos 5, 12.

¹³ Romanos 5, 14.

manter”, “defender, preservar, poupar, salvaguardar”, “livrar da morte”, etc. REMIR: “adquirir de novo”, “tirar do cativeiro”, “resgatar”, “recuperar-se de uma falta, reabilitar-se”, etc. EXPIAÇÃO: “ato ou efeito de expiar”. EXPIAR: “remir (a culpa) cumprindo pena; pagar; sofrer as conseqüências de”; “sofrer, padecer”; “purificar”; “purificar-se”. REDENTOR: “que redime”; “aquele que redime”. REDIMIR: “Remir” e, finalmente, REDENÇÃO: “ato ou efeito de remir”; “ajuda ou recurso capaz de livrar ou salvar alguém de situação aflitiva ou perigosa”.

A programação do *software* (MICROSOFT, 1985-2001) que utilizo para digitar este texto, parece incorporar o sentido bíblico exato do que estamos falando. Vejo que o texto digitado está integralmente na tela, diante de mim, e, no entanto, preciso clicar em “salvar” se desejo preservá-lo. Ou seja, para não perdê-lo, devo salvá-lo. Note-se que quando aciono “salvar” o texto ainda não está perdido, mas corre o risco de perder-se.

A idéia que posso ter dessa argumentação de Paulo é a de que Adão, um *primeiro salvador*, não cumpriu seu papel de salvar, deixando perder, com sua não obediência, o paraíso e, também, a disposição inicial - sem a morte, da criação. O Cristianismo tem entendido Jesus como o “segundo Adão”, na história da Salvação. Entretanto, além de salvador, Jesus é chamado também de *Redentor* (DAWKINS, 2007, p. 325). E *Redentor* mostra um significado pouco diferente de *Salvador*: se *salvar* tem a ver com algo que ainda não se perdeu (mas corre o risco de perder-se), *redenção* (ou *redimir*, ou *remir*) tem um sentido mais próprio de recuperar o que já é dado como perdido.

Neste mesmo *software*, diante de uma falha eventual de energia a integridade do documento é prejudicada e o material digitado, mas que não fora salvo até aquele momento, se perde; mesmo assim, o documento é sustentado precariamente pela máquina até que, no retorno da normalidade da energia, o programa *peça* que (o documento avariado) seja salvo (agora no sentido de *remir*), sob outro nome de arquivo.

Novamente a imagem é adequada para o conteúdo do Novo Testamento: a integridade que se perdeu, com a falha da energia (infidelidade/Adão), pôde voltar à existência, ainda que danificada, sob outro nome de arquivo - conforme se pede em *recuperar*, ou *salvar como* (fidelidade/Jesus).

Voltemos novamente a Paulo, que diz em outra passagem: “o salário do pecado é a morte”¹⁴. Se Adão pecou, teria de morrer; e ele, de fato, morreu. O que nem sempre atentamos é que Adão, quando pecou ainda não tinha qualquer descendente: a descendência somente Ihe é dada *depois do pecado*. E se hoje somos a sua descendência, pode parecer que a Lei *não fora* cumprida (ou que Deus tenha *descumprido* Sua Palavra). O que o Novo Testamento parece mostrar é que esta *tolerância* – a de permitir que houvesse descendência para Adão, mesmo na vigência do seu pecado e da sua morte, teve um custo, um preço: o da fidelidade até a morte. E morte de cruz, na própria arena do Pecado, levada a efeito pelos descendentes que vieram na vigência do pecado (eles “não sabem o que fazem”¹⁵).

Assim, pudemos ganhar existência, dentro da morte que sobreveio a Adão; vivendo, no corpo, a morte “inaugurada” por Adão. E, se nesse corpo de morte tenho alguma espécie de vida (e nela continuo pecando), deve ser porque já recebemos algum perdão, alguma remissão, ou nosso pecado foi *encoberto*.

Eva não foi criada. Misturamos tudo quando dizemos que Deus criou Adão e Eva. Ora, Deus não criou Eva; Deus criou a mulher. O nome Eva só aparece nas Escrituras *depois* que ocorreram fatos bem importantes, como o pecado e a instalação da morte. Portanto, se Deus terminou a criação antes do pecado, isso quer dizer que Eva não pertence mais à história da Criação, e deve ser entendida, *necessariamente*, como personagem de outra história - que irá ocupar o restante das Escrituras: a que trata da Salvação. E a obra da salvação, iniciada com o paraíso, segue adiante na preservação da criação e na maternidade, que se opera a partir de Eva; na água do dilúvio¹⁶ e na Lei do Antigo Testamento; na eleição e salvação de Israel; nos atos do Novo Testamento, na Igreja e, ainda, nas obras futuras que se aguardam pela fé cristã.

A maternidade incorporada em Eva, assim, parece inaugurar a redenção e dar seqüência à obra de salvação. Logo depois de pecar, e ouvir de Deus a respeito das coisas que viriam na morte, Adão dá a sua mulher o nome de Eva – porque ela seria, a partir de então, “a mãe de todos os viventes”¹⁷.

¹⁴ Romanos 6, 23.

¹⁵ Lucas 23, 34.

¹⁶ Em 1 Pedro 3, 20, se diz que, no dilúvio, “poucas pessoas, isto é, oito, foram salvas por meio da água”.

¹⁷ Gênesis 3, 20.

Levando a sério o contexto de morte provocado pelo pecado, e negando ao episódio um toque inesperado de “sadomasoquismo” (DAWKINS, 2007, p. 325) - já que seria mais adequado dizer que Eva *seria a mãe de todos os morrentes-*, essa mudança de nome, de Mulher para Eva, soa como reconhecimento e profecia – por parte de Adão, da obra de Redenção: mesmo depois do pecado, no pecado e na morte, haveria *viventes*, ou, talvez, *sobreviventes*.

Conclusão

A interpretação conceitual dos capítulos iniciais do Gênesis, conforme apresentado pelo autor, parece investigar melhor o conteúdo das primeiras narrativas bíblicas, facultando a compreensão linear e seqüencial desse conjunto de textos.

Assim, as diferenças que se verificam entre as narrativas da primeira semana, no capítulo um, e do paraíso, no capítulo dois, parecem indicar que, ao invés de serem consideradas duas versões da história da criação, seriam melhor entendidas como relatos de duas obras distintas e sucessivas, exatamente como sugere a progressão da leitura.

Por outro lado, os eventos descritos no capítulo três implicam, necessariamente, a admissão de mudanças que sobrevieram à criação - depois que ela já se encontrava pronta, a fim de dar ingresso à morte, que, por sua vez, não fora listada entre os feitos criativos da primeira semana.

E desta forma, o início do capítulo dois, ao mesmo tempo em que relata o final da obra de criar, introduz também duas outras condições que repercutirão na criação: os efeitos do pecado e a obra da salvação.

Referências

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

AGOSTINHO, S. *Comentário ao Gênesis*, trad. Augustinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2005.

CHAUI, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

CHOURAQUI, A. *No princípio*, trad. de Carlito Azevedo. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

DAL FABBRO, D. *Gênesis Capítulos 1 e 2,1-4: Um Estudo de Traduções e Exegese*. Dissertação apresentada ao curso de Lingüística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística Aplicada na Área de Tradução. Campinas, Unicamp, 2002.

DARWIN, C. *Origem das espécies*, tradução Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

DAWKINS, R. *Deus, um delírio (The God delusion)*; trad.: Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DESCARTES, R. *Discurso do método*, trad. Elza Moreira Marcelina. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/Ática, 1989.

HOLANDA, A.B. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Aurélio)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

LOPES, R.J. Bíblia abriga duas versões contraditórias da criação do mundo. In: *G1 – O portal de notícias da Globo*. São Paulo, abr. 2008. Disponível em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL388514-5603,00-BIBLIA+ABRIGA+DUAS+VERSOES+CONTRADITORIAS+DA+CRIACAO+DO+MUNDO.html> Acesso em 10/11/2012.

MICROSOFT CORPORATION. *Windows XP*, © 1985 – 2001.

SPERANDIO, J.L. Carta à Vox Interativa: sobre o artigo Einstein e os caminhos da criação: a cosmogonia judaica e o conceito espaço-tempo em Gênesis um. *Vox Scripturae*. Rev. Teol. Latino-americana, São Paulo, v. VIII, n. I, pp.113-120, 1998.

SPERANDIO, J.L. *Deus, um Delírio: de Darwin à loucura*. São Paulo: ALLPRINT Editora, 2011.

SPERANDIO, J.L. et.al. Tarde e manhã em Gênesis um: os dias, o tempo e a relatividade. *Rev.Teol. Sem. Presb. do Sul*, v. LVII, n. 43, pp. 27-46, 1996.

VON RAD, G. *El Libro del Genesis*. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1977.